

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ECONÔMICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FELISMINA I. TCHONGÓ DA SILVA

**O BRASIL NO MERCOSUL (2007-2017): uma análise das relações do país com o
bloco**

**Santa Maria, RS, Brasil
2017**

Felismina Inácio Tchongó da Silva

O BRASIL NO MERCOSUL (2007-2017): uma análise das relações do país com o bloco

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Orientador: Prof. Dr. Júlio César Cossio Rodriguez

Santa Maria, RS, Brasil
2017

Felismina Inácio Tchongó da Silva

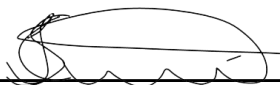
O BRASIL NO MERCOSUL (2007-2017): uma análise das relações do país com o bloco

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Aprovado em 15 de dezembro de 2017:



Júlio César Cossio Rodriguez, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Igor Castellano Da Silva, Dr. (UFSM)



Jose Renato Ferraz Da Silveira, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS, Brasil
2017

AGRADECIMENTOS

O sucesso está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido... Cada meta traçada é um novo ponto de partida. Primeiramente quero agradecer a DEUS, pelo dom da vida. Obrigado senhor meu DEUS, por me ajudar a concretizar um dos meus sonhos. Agradeço também aos meus pais, irmãos, amigos, primos, e avós, por tudo que têm feito por mim, e em especial, a minha avó Rosa, Tchuda (Ntchaga) por ser essencial na minha vida. Tudo que sou devo a ela!!! Agradeço ao meu orientador professor Dr. Julio Cesar Cossio Rodriguez, pela confiança, dedicação, e por ser incansável e paciente comigo, durante o desenvolvimento da monografia.

Foram anos de muitos sofrimentos, angústias, e muitos desafios. Hoje, comemoro mais esta vitória, mas sozinha eu não teria conseguido. Aproveito, então, para agradecer a todos que, de forma direta ou indireta, me ajudaram a realizar meu sonho. Agradeço o apoio da minha querida prima Eurizanda M. Taborda, por nunca me deixar desistir, e por acreditar sempre em mim, minha melhor amiga, e conselheira. Agradeço aos meus Professores e meu obrigado por vocês terem contribuído na minha formação Aos novos amigos que conquistei na Universidade durante vida acadêmica, e aos velhos amigos, a compreensão pela ausência nos momentos de estudo. Amo vocês!

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso versa sobre as relações comerciais do Brasil com o Mercosul, especificamente, na última década, com o propósito de verificar se há continuidades ou mudanças no padrão de relacionamento com o bloco. O Mercosul caracteriza-se por um processo de integração regional envolvendo cinco países (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela), sendo que o último deles está suspenso do bloco. Além destes países, a Bolívia está em vias de ingressar como membro definitivo do bloco. O bloco foi responsável pela ampliação do volume de comércio entre os quatro países iniciais e o padrão de relações estabelecido depende diretamente das preferências dos presidentes e das sociedades envolvidas. Por esta característica, isto é, a relevância do interpresidencialismo como determinante dos rumos do bloco, analisa-se se as mudanças recentes de presidentes nos países da região, modifica os padrões de relações comerciais. A pergunta principal de investigação é: a ascensão da direita nos principais países do Bloco (Argentina e Brasil) alteram o padrão de relações comerciais que o Brasilestabelece com o bloco? A hipótese principal de trabalho é: (H1) a queda da presidente Dilma e a ascensão de Temer à condição de presidente, alterou as relações do Brasil com o Bloco, diminuindo o volume de comércio do país como bloco. Para isto fez-se uma análise das relações comerciais do Brasil com o bloco, a partir dos dados oficiais e analisou-se, também, quais são os principais produtos comercializados, para verificar se mesmo quando não acontecem mudanças de volume, alteram-se o padrão de relação comercial. Este estudo, portanto, pretende verificar se as variações presidenciais, especialmente no caso do Brasil, produzem alteração nas relações comerciais do país com o Bloco.

Palavras chave - Integração Regional, Brasil e MERCOSUL.

ABSTRACT

This course conclusion work deals with Brazil's trade relations with Mercosur, specifically in the last decade, in order to verify if there are continuities or changes in the relationship pattern with the bloc. Mercosur is characterized by a process of regional integration involving five countries (Argentina, Brazil, Paraguay, Uruguay and Venezuela), the last of which is suspended from the bloc. In addition to these countries, Bolivia is on the way to becoming a permanent member of the bloc. The bloc was responsible for expanding the volume of trade between the four initial countries and the pattern of relations established depends directly on the preferences of the presidents and the societies involved. Because of this characteristic, that is, the relevance of inter-presidentialism as a determinant of the bloc's directions, it is analyzed if the recent changes of presidents in the countries of the region modify the patterns of commercial relations. The main research question is: the rise of the right in the main countries of the Block (Argentina and Brazil) change the pattern of trade relations that Brazil establishes with the bloc? The main hypothesis of work is: (H1) the fall of President Dilma and the rise of Temer to the position of president, changed Brazil's relations with the Block, reducing the country's trade volume with the bloc. For this, an analysis was made of Brazil's trade relations with the bloc, based on the official data and also analyzed the main products traded, to verify that even when there are no volume changes, the standard of business relationship. This study, therefore, intends to verify if the presidential variations, especially in the case of Brazil, produce a change in the commercial relations of the country with the Block.

Keywords: Regional Integration, Brazil, MERCOSUR

LISTA DE SIGLAS

AL – América Latina

ALBA – Aliança Bolivariana para as Américas

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

CCM – Comissão de Comércio do MERCOSUL CEPAL

– Comissão Econômica para a América Latina CMC –

Conselho do Mercado Comum

CPC – Comissão Parlamentar Conjunta

EUA – Estados Unidos da América FHC –

Fernando Henrique Cardoso GMC – Grupo

Mercado Comum

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

PIB – Produto Interno Bruto

PO – Protocolo de Olivos

SAM – Secretaria Administrativa do MERCOSUL

TEC – Tarifa Externa Comum

TPR - Tribunal Permanente de Revisão UE –

União Europeia

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Problema de Pesquisa	8
1.2. hipótese	9
1.3 justificativa	9
1.4. Objetivos	10
1.4.1 Objetivo Geral.....	10
1.4.2 Objetivos específicos	10
2. A INTEGRAÇÃO DA AMERICA LATINA	11
2.1. Aspectos históricos.....	11
2.2. A criação do MERCOSUL	12
2.3. Interpresidencialismo e Integração Regional	13
3. O MERCOSUL.....	20
3.1. Os objetivos o Bloco.....	20
3.2 A organização Institucional.....	21
3.2.1 O Conselho do Mercado Comum	21
3.2.2 O Grupo do Mercado Comum	21
3.2.3 A Comissão de Comercio do MERCOSUL.....	22
3.2.4 O Parlamento do MERCOSUL	22
3.2.5 As instancias de apelação e o papel do Tribunal Permanente de Revisão	23
3.3 Considerações gerais sobre MERCOSUL	24
4. O BRASIL E O MERCOSUL	26
4.1. As relações comerciais do Brasil com o Bloco.	26
4.1.1. Volume de Comércio.....	26
4.1.2. Produtos Comercializados.	27
4.1.3. Mudanças e Continuidades	28
5. CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, na condição de maior País, exerce um papel central nos rumos políticos e econômicos da América Latina. Situando-se no centro do processo de integração político e econômico do continente, é peça chave no MERCOSUL. Pode-se dizer que uma das estratégias mais comuns entre os países para estimular o desenvolvimento é criar medidas de proteção dos mercados internos contra os produtos importados. É um modo de impedir que as importações concorram com os produtos nacionais. Este tipo de medida que é chamado de substituição das importações é adotado por praticamente todos os países desenvolvidos e pela América Latina. O Brasil, grande exportador de *commodities*, embora também possua medidas protetivas às importações, é um dos países mais receptivos aos investimentos externos. Na década de 1980, o País e toda a América Latina viveram um período de grande endividamento, resultado do processo de mudanças nas estruturas políticas que estavam se redemocratizando. Foram reduzidas as barreiras comerciais entre os países, que viram no fortalecimento de suas relações econômicas uma possibilidade de superação. Foram criados blocos econômicos, cujo objetivo era facilitar as exportações entre os países membros. Nesse cenário foi criado, no ano de 1991, o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), como alternativa para estimular o desenvolvimento das economias da Latino América. A partir de iniciativas interpresidenciais, que visavam fazer avançar as relações econômicas já estabelecidas entre os países (Malamud, 2005).

O grupo baseou as suas primeiras ações nos tratados comerciais já existentes entre o Brasil e a Argentina objetivando a construção de um espaço econômico visando estimular a expansão do mercado por meio da eliminação de tarifas comerciais e de serviços, assim como, a construção de políticas econômicas alinhadas aos interesses do bloco. No início e ao longo deste processo, foram fundamentais para o sucesso do bloco, as iniciativas presidenciais de ambos os países, que possibilitaram a superação de diferenças e o entendimento durante os processos de transição para a democracia dos dois países, no final dos anos 80 do século passado. Tal característica acompanhou os primeiros passos do bloco e continuou como

elemento central dos rumos do bloco. As preferências dos presidentes é fator causal de mudanças nos rumos do bloco, como destaca Malamud (2005). Desta forma, espera-se que mudanças de presidentes e, logo, de preferências com relação ao Bloco, alterem padrões e formas de relacionamento com o bloco. O estudo de Malamud (2005) destaca que alterações nas preferências dos presidentes com relação ao bloco, isto é, presidentes pró-integração atuam na direção de aprofundar a integração, enquanto presidentes contra-integração podem limitar a atuação do seu estado com o bloco. Porém, uma vez criados os constrangimentos do processo de integração regional, fica difícil aos líderes mudarem os rumos da integração, mas podem alterar a forma como se relaciona, alterando volume e o tipo de produtos comercializados. Esta é a questão que origina o problema de pesquisa do trabalho.

1.1 Problema de Pesquisa

O Problema a ser respondido com presente trabalho de pesquisa bibliográfica é as alterações presidenciais alteraram as relações comerciais do Brasil com o bloco no período de 2007 até 2017?

1.2 Hipótese

A hipótese principal de trabalho é: há mudanças no padrão de relações comerciais do Brasil com o Bloco, pois mudam o conjunto de preferências presidenciais com relação ao Bloco.

Tal hipótese, portanto, se relaciona com a teoria do interpresidencialismo para o caso do Mercosul e visa identificar se, para além do peso que tiveram para criar e manter o bloco, mudanças presidenciais podem alterar padrões e volume de comércio com o bloco.

1.3 Justificativa

Em um cenário político e econômico de incertezas e desequilíbrios como o vivido pelo Brasil atualmente, é possível que a sua atuação no mercado internacional também seja submetida a avaliação. Deste modo, estudar a participação do Brasil no MERCOSUL é fundamental para verificar a importância que o bloco tem para o país e o tipo de relações que estabelece, apesar das mudanças presidenciais recentes e do ambiente de instabilidade política e econômica. Além disso, destaca-se a preocupação com estudos sobre integração regional, especificamente, sobre o Mercosul.

1.4. Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho, reside em analisar como o Brasil se relaciona economicamente com o Mercosul nos períodos recentes e quais os fatores contribuem para continuidade ou mudança nestas relações.

1.4.2 Objetivos específicos

- a. Verificar a validade da tese interpresidencialista para o caso do Mercosul em períodos de crise política e econômica;
- b. Verificar se há alterações de volume de exportações e importações brasileiras;
- c. Verificar se há alterações de padrão de exportações e importações.

2. A INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA

2.1 Aspectos históricos.

América do Sul ainda é, principalmente em decorrência de seu passado colonial, uma região subdesenvolvida social e economicamente. Contudo, o sonho de integração não é recente. No intuito de fortalecerem-se mutuamente e caminharem de forma contra hegemônica, em relação ao domínio econômico das grandes potências, os países que a compõe já deram passos importantes neste sentido.

Pode-se dizer que a primeira iniciativa mais emblemática de integração, deu-se no ano de 1826, quando o líder político da Venezuela Simão Bolívar, ainda no contexto histórico das lutas pela independência da chamada América Espanhola, defendeu ardorosamente a ideia de que fosse estabelecido um processo de cooperação, capaz de garantir mais autonomia em relação aos demais continentes, além de fortalecer laços, não só econômicos mas, também, sociais e culturais, entre os latino-americanos. Conforme Souza (2012,p.3):

Coube a Bolívar liderar o primeiro grande movimento integracionista. Convocou Congresso Anfictiônico do Panamá, realizado entre 22 de junho e 15 julho de 1826. Foram convidadas para o Congresso todas as jovens nações da América Latina, inclusive o Brasil, mas, ao final, participaram delegações do Peru, Centro-américa, México e Gran Colômbia. Havia dúvida entre os participantes se deveriam convidar os Estados Unidos, mas Bolívar, em carta a Santander, de 30 de maio de 1825, manifestou seu desacordo: “Os americanos do Norte e os do Haiti, por serem estrangeiros, têm o caráter de heterogêneos para nós. Por isso, jamais serei de opinião de que os convidemos para nossos acordos americanos” (BOLÍVAR, s.d.: 148, apud VILABOY, 2007: 122).

Seu ideal, todavia, não prosperou conforme era esperado e as demais iniciativas que o sucederam também não avançaram, muito por consequência dos fortes laços de aproximação, e subordinação das burguesias nacionais em relação as nações colonialistas como fica claro nas palavras de Souza (2012)

Há muitas causas para esse fracasso. Costumam-se citar os conflitos entre as oligarquias ou mesmo caudilhos que, com a independência, consolidaram o poder econômico e político que vinham construindo nas distintas áreas da região durante o período final da colônia. Citam-se também as distâncias e as dificuldades geográficas. Neste artigo, no entanto, destaca-se a causa que se considera fundamental. É que prevaleceu, nos primeiros cem anos de independência da América Latina, a disputa entre Estados Unidos e Inglaterra pela divisão da região em suas áreas de influência ou mesmo de domínio direto. Os Estados Unidos já nascem com propensão expansionista. Essa propensão se revelou quando, inspirados no que qualificaram de “Destino Manifesto de uma grande nação, superior em espírito a todas as demais”, aprovaram, em 1823, o que ficou conhecido como “Doutrina Monroe” (SOUZA, 2012, p.87-126)

Estes ideais influenciaram indiretamente as iniciativas de integração regional ao longo do século XX e demonstra a relevância de líderes no processo de integração regional. Com a emergência das repúblicas presidencialistas na região, os presidentes ganham destaque nas possibilidades de entendimento e/ou desentendimentos entre os países da região. O presidencialismo na região configura-se como uma das mais fortes instituições globais e, por consequência, os presidentes da região com mandatos fortes e de difícil queda. O papel crescente e central destes presidentes esteve presente também no Mercosul, que sucintamente descrevemos o seu processo de criação a seguir.

2.2.A criação do MERCOSUL

Depois disso, pode-se afirmar que houve um longo período sem iniciativas que tivessem relevância suficiente para trazerem avanços reais ao processo de integração. Só bem mais recentemente, já nos anos oitenta, do século XX, ao final de uma época em que regimes militares ditatoriais governaram simultaneamente diversos países latinos, é que se dá o renascimento político dos movimentos de integração latino americana. Os presidentes de Argentina (Raúl Alfonsín) e Brasil (José Sarney) sentam-se à

mesa de negociações, para discutirem formas conjunta de consolidar a democracia, combater as violações dos direitos humanos e fortalecer a economia regional. Este profícuo processo, irá culminar em 1991, quando somando-se, também, ao Paraguai e ao Uruguai, criaram o Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL, que foi inicialmente implantado como um tratado de livre comércio, empenhado na redução das tarifas econômicas entre esses países para, num momento posterior, já mais fortalecidos, partirem para as negociações com outros blocos econômicos e países extra blocos, desta vez, de forma coesa e coordenada, já se constituindo como união aduaneira, processo que veio ampliar e fortalecer as relações políticas entre estes estados membros .

Embora tivesse tido importantes avanços em seu início, logo o MERCOSUL, já passa a sofrer brutalmente com uma forte crise econômica, que assolaram os países da região, especialmente os dois maiores, Brasil e Argentina que viveram uma dura realidade de hiperinflação, arrocho salarial, desemprego, desvalorização de suas moedas e, por conseguinte, acentuada queda nos negócios externos.

Passado esses períodos turbulentos, que incluíram as experiências de viés neoliberal de Carlos Menem na Argentina e Fernando Henrique Cardoso no Brasil, para os quais o bloco não constava nas suas agendas de prioridades, é que, somente nos anos 2000, que o MERCOSUL volta a ser merecedor da atenção dos governos, muito por iniciativa e liderança do Brasil. Durante os Governos Lula, e Dilma, explicitamente posicionados em favor do fortalecimento econômico dos chamados países emergentes, em detrimento de eventuais alianças com as grandes potências econômicas. Também foram parceiros de primeira hora deste processo, os governos de Cristina Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia e José Mujica no Uruguai. Atualmente com a retomada do poder, por parte de governos liberais na maioria desses países o futuro do MERCOSUL dentro do sonho de integração plena, povoa-se de dúvidas novamente.

Assim, destaca-se a relevância dos presidentes para a integração latino-americana. Que verifica-se também na criação da Unasul, como abaixo veremos.

2.3.O papel da UNASUL

Outro fator que é merecedor de positivo destaque, foi criada a União de Nações Sul-americanas -UNASUL- Uma organização de viés mais político, encabeçada pelos governos nacionais e que reúne doze países membros, sendo eles - Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, e Venezuela.

Buscando unificar todos os países sul-americanos, a UNASUL empenha-se no desenvolvimento integral do continente. Extrapolando a dimensão mercadológica apenas, ocupa-se também, com o combate as desigualdades sociais, com os temas culturais, com os direitos humanos, e a preservação dos recursos naturais.

Do ponto de vista da cultura, a organização defende que se consolide uma identidade sul-americana, baseada na promoção e na defesa das diversidades culturais de cada país. Já, no que se refere ao desenvolvimento social, preocupa-se com a erradicação da miséria, com a falta de acesso a educação de qualidade e com os serviços de saúde. Já, do ponto de vista estratégico, a UNASUL trata com atenção especial projetos de infraestrutura, tais como: transportes, energia, defesa, telecomunicações e cooperação científica e tecnológica.

As relações internacionais nunca foram um mar de águas calmas. Sempre foram constantes as mudanças sociais, políticas, culturais, e econômicas, cíclicas, ou não, que afetam direta ou indiretamente as nações e suas populações. Globalização, regionalização, relações de interdependência são fenômenos cada vez mais complexos que merecem ser estudados à luz da ciência.

Os conflitos armados pela posse de territórios que acabaram por desenhar os mapas com suas fronteiras, deram lugar a novas disputas sem

sangue, mas não menos acirradas, porém, mais difíceis de serem interpretadas. São disputas que se dão no campo de batalha dos negócios que são realizados diariamente, de forma virtual e instantânea e que movimentam grandes quantidades de capital, a todo momento, de um lado para outro, no que hoje é comum chamarmos de aldeia global.

Para Castro (2012) o estudo da política internacional se faz cada vez mais necessário em nossos dias:

“Na medida em que diminuem as fronteiras deste cenário internacional, que já fora considerado por McLuhan como “aldeia global” e por Friedman como um “mundo plano”,²⁵ aumenta, proporcionalmente, a essencialidade do estudo da política internacional com seus muitos desdobramentos. Embora o surgimento e a sistematização das RI como ciência humana positiva e autônoma sejam recentes no contexto do início do século XX, suas fundações e seu escopo de análise não são”. (CASTRO, 2012)

Para o autor o estudo das relações justifica por si só:

A importância do estudo das Relações Internacionais é autoevidente. As Relações internacionais estão em toda parte; fazem parte do nosso cotidiano, quer queiramos ou não. O saber internacional perfura nossas vidas, amplia nossas visões, redefine quem somos como cidadãos e dissecam a forma de analisar e tratar o outro. (CASTRO, 2012)

Com o advento da globalização econômica, tornou-se impossível discutir desenvolvimento econômico, local ou regional, sem que este esteja inserido na lógica do comércio internacional. Deste modo algumas questões obrigatoriamente precisam ser aprofundadas, como as dificuldades que os países chamados em desenvolvimento passam para comercializarem seus produtos e serviços com os países desenvolvidos.

De acordo com Salvatore (2000), as nações em fase de desenvolvimento apresentam uma série de características comuns tais como: baixa renda per capita, elevado percentual de mão de obra em atividades primárias, exportação preponderantemente, de cereais e matérias-primas sem

valor agregado. Possuem indicadores sociais desfavoráveis com altas taxas de desemprego e analfabetismo, expectativa de vida reduzida e elevados índices de pobreza, e crescimento populacional. Em situação contrária, estão os países desenvolvidos que possuem concentração de renda, preponderância de mão de obra qualificada concentrada em atividades industriais, exportam bens de alto valor agregado, serviços especializados e tecnologia e suas populações possuem melhor qualidade de vida. Diante desta realidade uma questão se impõe naturalmente: A forma como as economias emergentes estão inseridas no comércio mundial permite que estas disparidade diminuam ou, ao contrário, só faz com que se acentuem? Esta é uma questão para a qual não existe unidade de pensamento e que ainda suscitará muitos estudos e debates na academia e fora dela.

Para Souza (2012) a integração latino-americana, ainda terá desafios importantes pela frente até consolidar-se. Afirma que alguns já começaram a ser enfrentados e outros ainda não. Para o autor, primeiro desafio diz respeito a abrangência territorial. Destaca o projeto da UNASUL e o da ALBA, como fundamentais para construir a aproximação entre os países com maior identidade. O autor reflete sobre relações de competição ou de cooperação entre os países latino americanos:

Apesar de terem aprovado a união aduaneira, têm funcionado basicamente como área de livre comércio dentro do regionalismo aberto. Enquanto tal, privilegia-se a competição, no lugar da cooperação. O resultado é que, na competição, fortalecem-se as empresas mais fortes sediadas nos países mais fortes, em detrimento das empresas mais frágeis dos países mais frágeis. Esse processo pode levar à desintegração, ao invés da integração, à medida que, ao destruir ou debilitar as economias mais débeis, reduz sua capacidade de compra e, conseqüentemente, as possibilidades de intercâmbio intra-regional. (Souza, 2012)

O caminho alternativo defende a retomada da integração produtiva e infraestrutural através da cooperação em projetos de interesse comum e reconhece o papel da ALBA, cuja proposta, acordos e práticas, recolheu de

maneira mais profunda esse ideário da cooperação e da A UNASUL, que embora nas discussões iniciais estivesse, de certo modo, influenciada pela visão comercialista, acabou por firmar acordos que contemplam outras formas de integração, tais como a integração infraestrutural (destacando-se a energética), política, social e cultural. Para o autor a Condição de dependência econômica tem caracterizado a América Latina desde sua independência política, processo que foi reforçado quando a divisão internacional do trabalho foi reconstruída, segundo ele, à moda do sistema imperialista mundial, que se consolidou a partir do final do século XIX e atenta para a relação direta que existe em dependência e desintegração:

Analizamos anteriormente que, nos momentos de reforço da dependência externa, prevalece na América Latina a desintegração. Por outro lado, nos momentos em que países da região chegaram a conquistar uma relativa independência econômica, puderam avançar nos projetos de integração. Ao mesmo tempo, a integração é um importante instrumento a favor da conquista da independência econômica. (Souza, 2012)

Apesar das conquistas, a integração da América Latina, segue, no entanto, sua longa vocação histórica de alternar avanços e recuos. Mostra-se difícil concretização na sua plenitude por motivos históricos, sociais, e econômicos que são permeados por interesses particulares, privados, setoriais e corporativos, internos, e externos em detrimento dos interesses coletivos de prosperidade social e econômica de nossos povos.

Do ponto de vista histórico, a América Latina possui, atrás de si, um pesado passado colonial, extrativista, escravocrata e politicamente patrimonialista sem a correta separação do que é público e do que é privado. Já, no que se refere a cultura, existe uma esmagadora hegemonia cultural estrangeira, na música, nas artes, no cinema e no comportamento a juventude protagonizados por uma mídia altamente monopolizada que visando interesses econômicos, relega a um segundo plano os bens culturais nacionais e regionais. É, todavia, no plano econômico e no plano político que as dificuldades para a integração mais se acentuam. Os Países latino americanos

possuem baixíssimos índices de distribuição de renda, com as riquezas altamente concentradas em pequenas parcelas da população. São essas parcelas abastadas da sociedade que tratam de eleger governos e parlamentos por meio do financiamento privado de candidaturas, manter ou derrubar governos de acordo com suas conveniências, além de nutrirem grande apreço por uma política externa de alinhamento com as grande potências mundiais, mesmo que numa condição de subserviência em relação a elas. Economicamente, a America Latina ainda baseia grande parte da sua economia no extrativismo vegetal e mineral e nas monoculturas agrícolas. Exporta a maioria de seus produtos de forma in natura, sem valor industrialmente agregado. Nosso processo de industrialização foi tardio e ainda dependemos de tecnologia importada da Ásia, da Europa e dos Estados Unidos. Os incentivos a ciência e a pesquisa na America Latina são escassos e voltados mais para a implantação das tecnologias adquiridas do que para a produção de tecnologia própria.

Por fim, o nosso continente caracteriza-se não apenas pelas disparidades geográficas mas, também, por sucessivas crises econômicas e políticas, por alternâncias radicais de governos e de linhas programáticas de governo a cada eleição ou, até mesmo, por rupturas institucionais que atentam contra o estado democrático de direito. Enquanto determinados países lutam pela integração outros correm em sentido contrário, até o momento em que mudam os governos os papéis se invertem.

Estamos vivendo, hoje, com a retomada do poder por parte de governos neoliberais, especialmente no Brasil e na Argentina, o início de mais um ciclo de estagnação, para não dizer retrocesso, da Integração Latina Americana em diversos aspectos, especialmente, nas políticas sociais e na preservação da soberania econômica. Como forma de se contrapor a esta lógica, se faz necessário que a sociedade civil de cada país membro se torne sujeito ativo da política nacional, cobrando posições mais corajosas e coerentes de seus governos. Se faz necessário, ainda, uma participação mais efetiva do setor privado junto ao setor público, de modo que, se busque parcerias para projetos

de desenvolvimento, principalmente em infraestrutura, mas que sejam pautados pela lisura e transparência com as verbas públicas.

A Integração latino americana só poderá ser plenamente exequível, na medida em que cada nação conseguir diminuir satisfatoriamente as suas brutais desigualdades e contradições internas, criando um ambiente social favorável que de sustentação a uma agenda comum de política externa mais comprometida com o futuro do continente. Isso tornará possível a criação de um caldo cultural, capaz de superar as rivalidades menores que permeiam o senso comum, fazendo com que cada população local possa nutrir um sentimento não retórico, mas arraigado, de latinidade.

3. O MERCOSUL

3.1 Objetivos e características do Bloco

Em pleno ambiente da redemocratização, passados os governos militares autoritários que tomaram o poder através de golpes de estado, Brasil e Argentina voltam a discutir suas posições num mundo cada vez mais globalizado economicamente. Retomaram, assim, o tema da Integração latino americana buscando passar por cima de diferenças históricas, de tal modo que, conseguem criar um ambiente favorável, para que no dia 26 de março de 1991, somados ao Paraguai, e ao Uruguai, fosse firmado o Tratado de Assunção, criando o Mercado Comum do Sul o MERCOSUL. O objetivo maior deste tratado era integrar os países membros através da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da adequação das legislações nas áreas afins¹.

Já em 1994, foi assinado o Protocolo de Ouro Preto que reconhecendo a personalidade jurídica ao MERCOSUL, conferindo-lhe, a legitimidade necessária para em nome próprio, realizar negociações e firmar acordos com outros países de fora, e outros blocos econômicos. O MERCOSUL não se limita a fomentar o comércio apenas entre seus membros, mas busca ampliar uma relação profícua com outros mercados mundiais.

Desde o princípio sempre esteve no horizonte dos países membros avançar para um estágio consolidado de União Aduaneira de modo que em 2010 conseguiram concluir negociações para a implantação do código aduaneiro do MERCOSUL. Além dos Estados membros, existem os Estados Associados, que são a Bolívia que está em processo de tornar-se membro permanente, o Chile, o Peru, a Colômbia, e o Equador. Guiana, e Suriname tornaram-se Estados Associados em 2013. Sendo assim, com exceção da Venezuela, temporariamente afastada, todos os países da América do Sul fazem pertencem ao bloco, seja como Estado Parte ou Associado. A diferença

¹ Fonte destas informações: www.mercosul.gov.br, acessado em 05/11/2017.

central entre as duas formas de participar consiste na adoção da Tarifa Externa Comum (TEC), assumida pelos estados membros para as importações que são oriundas dos mercados externos.

3.2 Organização Institucional

Do ponto de vista institucional o MERCOSUL já deu vários passos no sentido de aprimorar-se cada vez mais, criando importantes instâncias. Dentre as mais preponderantes ao funcionamento do bloco, estão o Conselho do Mercado Comum, o Grupo do Mercado Comum e Comissão de Comércio do MERCOSUL .

3.2.1 O Conselho do Mercado Comum

O Protocolo de Ouro Preto que o instituiu prevê que cabe ao conselho a condução política do processo de integração, e a tomada de decisões visando garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Tratado de Assunção, formular políticas e criar as condições necessárias à conformação do mercado comum, exercer a titularidade da personalidade jurídica do Mercosul, negociar e firmar acordos em nome do bloco. O documento determinou, ainda, que as decisões do Conselho fossem tomadas por consenso e a sua validade subordinadas à presença de todos os participantes. O Conselho do Mercado Comum é integrado pelos Ministros das Relações Exteriores e da Economia dos Estados membros.

3.2.2 Grupo do Mercado Comum.

É um órgão de caráter executivo subordinado ao CMC cujas atribuições dizem respeito a tomada de todas as medidas de caráter administrativo, e funcional. O Grupo do Mercado Comum é formado por quatro membros titulares e quatro membros alternados por país, designados pelos respectivos Governos, entre os quais devem constar obrigatoriamente, representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais dos países membros.

3.2.3 Comissão de Comércio do MERCOSUL

A Comissão de Comércio do Mercosul, CCM, também é um órgão indispensável de caráter consultivo e de assessoramento que busca zelar pela aplicação dos instrumentos de política comercial acordados entre os países membros para garantir o funcionamento da união aduaneira. Por sua vez a Secretaria Administrativa do MERCOSUL é o órgão incumbido de arquivar as documentação do Mercosul, das publicidade as decisões adotadas, tomar as providências logísticas das reuniões do Conselho do Mercado Comum, do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio, bem como, informar regularmente os Estados Partes sobre as medidas implementadas por cada estado que digam respeito as normas do MERCOSUL.

3.2.4 O Parlamento do MERCOSUL²

O Parlamento do MERCOSUL criado em 2005, é um órgão unicameral e, independente, e autônomo que, a partir 2007 quando foi criado passou ter reuniões mensais na sua sede em Montevideu. Até 2010, cada país membro era representado por 18 parlamentares, escolhidos nos parlamentos nacionais.

A composição atual do Parlamento foi definida em outubro de 2010, segundo critério de representação cidadã (Decisão CMC Nº 28/10). O critério implica na atribuição, de pesos diferenciados na representação das populações dos países, baseado no critério da proporcionalidade atenuada: há um mesmo número mínimo de representantes por cada Estado Parte (18 por país) e uma escala de cadeiras adicionais a ser aplicado para cada Estado Parte em proporção à sua população. A escala, todavia, define taxas crescentes de proporcionalidade, de onde advém o nome "proporcionalidade atenuada".

Atualmente, o Brasil é representado por 37 parlamentares; a Argentina, por 43; a Venezuela, por 22; o Uruguai e o Paraguai, por 18 cada. A composição final das bancadas (Brasil: 75; Argentina 43; Venezuela 32; Paraguai e Uruguai: 18 cada) está condicionada à realização de eleições

² <http://www.mercosul.gov.br/o-merc-sul-na-vida-do-cidadao/parlamento-do-merc-sul>

diretas, que deverão observar a regulamentação do pleito em cada Estado Parte. Atualmente, Paraguai e Argentina já elegem diretamente seus parlamentares.

3.2.5 As Instancias de apelação e o papel do Tribunal Permanente de Revisão:

O Tratado de Assunção, estabeleceu-se um sistema provisório para resolver umas, estruturado em torno de negociações intergovernamentais diretas. Pela normativa então em vigor, iniciado o procedimento e em caso de não se chegar a uma solução, os Estados Partes se submeteriam à consideração do Grupo Mercado Comum (GMC), que em um prazo de 60 dias formularia recomendações para resolver a disputa. Para isso, o GMC poderia contar com o assessoramento técnico de especialistas, ou grupos de peritos. Na eventualidade de não se alcançar uma solução nesta instância, o caso seria levado ao Conselho de Mercado Comum (CMC) para a adoção das recomendações pertinentes.

Em razão de sua natureza provisória, os Estados Membros comprometeram-se a adotar um sistema definitivo para a solução de controvérsias antes do dia 31 de dezembro de 1994. Em 17 de dezembro de 1991 firmou-se o Protocolo de Brasília, iniciativa igualmente provisória embora prolongada até o ano de 2004 - que orientou o processamento de nove controvérsias entre os Estados Partes sobre questões as mais diversas. Constituiu o início formal de um instrumental procedimental fundado em Tribunais Arbitrais, cujos laudos se encontram sob custódia da Secretaria do MERCOSUL.

Com a assinatura do Protocolo de Olivos (PO) — de 18 de fevereiro de 2002— houve a mudança na estrutura para a solução de controvérsias e se aperfeiçoou o sistema até então em funcionamento. Foi criada uma instância jurisdicional permanente - o Tribunal Permanente de Revisão (TPR) - para garantir a correta interpretação, aplicação e cumprimento dos instrumentos jurídicos fundamentais do processo de integração.

Por fim, somou-se a essa estrutura a possibilidade de se recorrer ao TPR para que se solicitem opiniões consultivas, e para casos em que os Estados Partes provoquem o procedimento estabelecido para as Medidas Excepcionais de Urgência.

3.3 Considerações Gerais sobre Mercosul

A importância do MERCOSUL extrapola o universo da economia. Temas relevantes, tais como, educação, saúde, trabalho, direitos humanos, imigração, desenvolvimento social e agricultura familiar, são tratados nos mais diversos níveis, desde audiência, e debates em âmbito municipal até encontros entre chefes de estados. O plano estratégico de ação social do MERCOSUL ocupa-se com o combate a fome, ao analfabetismo, e a melhoria das condições de saúde das populações. Outro avanço que merece destaque foi a criação em 2010 do Estatuto de Cidadania do MERCOSUL que trata de direitos comuns dos cidadãos dos países membros, facilitando a livre circulação das pessoas. Deste modo, foram criadas normas e regramentos, residência, viagens, seguridade social, reconhecimento de diplomas e intercâmbios estudantis.

Dimensões do MERCOSUL

O MERCOSUL responde por 71,8% (12.789.558 km²) do território da América do Sul.

ESTADOS PARTES	EXTENSÃO TERRITORIAL
ARGENTINA	2.791.810 km ²
BRASIL	8.502.728 km ²
PARAGUAI	406.750 km ²
URUGUAI	176.220 km ²
VENEZUELA	912.050 km ²
TOTAL	12.789.558 km ²

Fonte: IBGE países (<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>)

Quanto a importância econômica o bloco representa atualmente equivalente à quinta maior economia mundial, com PIB de US\$ 2,7 trilhões, de acordo com a página do governo brasileiro na internet sobre o MERCOSUL:

4. O BRASIL E O MERCOSUL

Após o regime militar, no contexto da redemocratização, é que a integração volta ao centro da política externa de fato. Nos governos Collor e Itamar Franco houveram iniciativas pontuais que favoreceram a integração latino America. Já nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, este processo evoluiu bem mais e importantes passos foram dados nesta direção. Todavia, com a chegada ao poder em 2003 do ex Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) que assim como FHC, também priorizou em sua agenda internacional a integração da América do Sul. Lula afirmou o interesse do País negociar com todo o mundo, mas sempre priorizando a América Latina e o MERCOSUL, política que também foi seguida por sua sucessora Dilma Rousseff que assume a presidência da república em 2011, e já na sua posse fala da percepção do espaço sul-americano como um espaço fundamental. Fez sua primeira viagem como presidente à Argentina no primeiro mês de seu mandato, e na sequência, visitou o Uruguai, o Paraguai, o Peru dando início a uma ampla agenda política em favor do fortalecimento do MERCOSUL.

Contudo, com as recentes mudanças de governo Brasil, e Argentina, há indicadores que esses países já operam novamente em direção contrária ao que se observava até bem pouco tempo durante os governos de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff. Desta vez, o foco tende a ser reduzido apenas a dimensão econômica da integração, em detrimento das demais.

“O MERCOSUL é o que fazemos dele. Revitaliza-lo, como fez Vossa Excelência, tem sido possível porque vivemos, em cada um de nossos países, momentos modernizadores.” A afirmação foi dirigida por Michel Temer a Mauricio Macri, durante encontro da Cúpula realizada em julho de 2017 na Argentina.³

Os “momentos modernizadores” aos quais se referia, são as reformas trabalhista, previdenciária, a retomada da agenda de privatizações e um realinhamento da política internacional com os interesses transnacionais com o

³ gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2017/07/temer-mostra-preocupacao-com-ruptura-da-ordem-democratica-na-venezuela-9849777.html

estado de costas para as demandas sociais internas e de braços abertos para as grandes corporações.

Nesta concepção, a integração é vista de forma reducionista, não passando de mero instrumento do livre comércio. O parlamento de ambos os estados já discutem o retorno do MERCOSUL apenas a condição de tratado de livre comércio abrindo mão da condição de União Aduaneira com o argumento de que o MERCOSUL dificulta uma participação mas efetiva do Brasil no comércio mundial. É necessário que tais argumentos sejam combatidos pois não se pode ignorar que entre 2003 e 2011, as exportações para países que não fazem parte do MERCOSUL, quadruplicaram, ou seja, cresceram bem mais que o aumento do comércio internacional.

Este debate que se debruça a rever o que já estava consolidado, é a face visível de mais uma modernização conservadora que chega, ignorando todos do bloco na sua jovem existência.

Cabe pois, a sociedade brasileira de forma organizada cobrar dos governos que a política externa priorize o MERCOSUL e a Integração Latina Americana como um projeto estratégico do Estado que seja perene e esteja acima das orientações políticas partidárias que seguem aos interesses corporativos e as conveniências de minorias economicamente privilegiadas.

4.1. As relações comerciais do Brasil com o Bloco

4.1.1. Volume de Comércio

Nesta parte apresentamos o volume de comércio que o país estabelece com o bloco. Para verificar se há alterações com as mudanças de presidentes. Abaixo, apresenta-se a balança comercial do Brasil com o bloco entre 2007 e 2016, verifica-se que há contínuas oscilações nas quantidades exportadas e na participação das exportações para o bloco no total das exportações do país. Entretanto, destaca-se que há uma pequena queda durante a crise política,

mas no geral a participação do Mercosul nas exportações brasileiras gira em torno de 10%, enquanto que das importações gira em torno de 9%, com oscilações para baixo nos anos da crise política e econômica recente.

NOV - 2017

Ano/Mês	EXPORTAÇÃO			IMPORTAÇÃO			RESULTADO		
	US\$ FOB (A)	Var. %	Part. %	US\$ FOB (B)	Var. %	Part. %	SALDO (A-B)	CORRENTE (A+B)	COBERTURA (A/B)
2007	17.353.576.477	24,08	10,80	11.624.752.344	29,63	9,64	5.728.824.133	28.978.328.821	1,49
2008	21.737.308.031	25,26	10,98	14.934.111.721	28,47	8,63	6.803.196.310	36.671.419.752	1,46
2009	15.828.946.773	-27,18	10,35	13.107.441.700	-12,23	10,26	2.721.505.073	28.936.388.473	1,21
2010	22.601.500.959	42,79	11,19	16.620.151.158	26,80	9,14	5.981.349.801	39.221.652.117	1,36
2011	27.852.507.305	23,23	10,88	19.375.753.370	16,58	8,56	8.476.753.935	47.228.260.675	1,44
2012	22.799.767.448	-18,14	8,90	19.250.400.534	-0,65	8,51	3.549.366.914	42.050.167.982	1,18
2013	24.683.426.808	8,26	9,64	19.269.416.429	0,10	8,52	5.414.010.379	43.952.843.237	1,28
2014	20.420.948.626	-17,27	7,98	17.271.545.715	-10,37	7,63	3.149.402.911	37.692.494.341	1,18
2015	18.000.230.773	-11,85	7,03	12.385.453.327	-28,29	5,47	5.614.777.446	30.385.684.100	1,45
2016	18.382.337.444	2,12	9,92	11.591.900.917	-6,41	8,43	6.790.436.527	29.974.238.361	1,59

Em 2017, o patamar de 10% dos anos anteriores à crise é retomado, o que serve para verificarmos que as mudanças nos presidentes não afetou de forma decisiva o volume de comércio. Porém, a crise política e econômica afetou o volume de forma pontual, com recuperação logo em seguida. Desta forma, destaca-se que o fator fundamental para as mudanças são a crise e não a sucessão presidencial ou alterações de preferências. Implica afirmar que os acordos firmados no âmbito do Mercosul criam constrangimentos aos líderes dos países, que não conseguem alterar as relações pré-estabelecidas.

4.1.2. Produtos Comercializados

A primeira análise a ser feita para verificar os produtos é avaliar a variação por fator agregado. Assim, a tabela abaixo demonstra a variação de importações por fator agregado. O que se verifica é que a crise econômica afetou a capacidade de importação de produtos industrializados e menos os outros setores. A estagnação econômica em função da crise política, portanto, afetou as importações brasileiras.

Ano/Mês	TOTAL		Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados		Industrializados
	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB (A)	Var.%	US\$ FOB (B)	Var.%	US\$ FOB (A)+(B)
2006	8.967.386.709	27,13	2.035.415.499	27,94	264.015.109	27,84	6.667.956.101	26,86	6.931.971.210
2007	11.624.752.344	29,63	2.546.709.886	25,12	404.622.684	53,26	8.673.419.774	30,08	9.078.042.458
2008	14.934.111.721	28,47	2.968.509.950	16,56	433.467.705	7,13	11.532.134.066	32,96	11.965.601.771
2009	13.107.441.700	-12,23	2.704.662.223	-8,89	311.196.897	-28,21	10.091.582.580	-12,49	10.402.779.477
2010	16.620.151.158	26,80	3.079.271.401	13,85	464.142.738	49,15	13.076.737.019	29,58	13.540.879.757
2011	19.375.753.370	16,58	3.635.390.863	18,06	584.114.313	25,85	15.156.248.194	15,90	15.740.362.507
2012	19.250.400.534	-0,65	3.899.667.642	7,27	519.041.764	-11,14	14.831.691.128	-2,14	15.350.732.892
2013	19.269.416.429	0,10	3.184.757.528	-18,33	492.879.996	-5,04	15.591.778.905	5,12	16.084.658.901
2014	17.271.545.715	-10,37	2.946.380.757	-7,48	571.550.440	15,96	13.753.614.518	-11,79	14.325.164.958
2015	12.385.453.327	-28,29	2.433.561.417	-17,41	416.931.080	-27,05	9.534.960.830	-30,67	9.951.891.910
2016	11.591.900.917	-6,41	3.180.978.704	30,71	345.380.768	-17,16	8.065.541.445	-15,41	8.410.922.213

Relativo às exportações, a tabela abaixo demonstra como foi a variação:

Ano/Mês	TOTAL		Básicos		Semimanufaturados		Manufaturados		Industrializados
	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB	Var.%	US\$ FOB (A)	Var.%	US\$ FOB (B)	Var.%	US\$ FOB (A)+(B)
2006	13.985.828.343	19,07	652.919.342	18,56	456.799.677	29,77	12.831.696.136	18,76	13.288.495.813
2007	17.353.576.477	24,08	710.431.762	8,81	496.721.785	8,74	16.114.904.749	25,59	16.611.626.534
2008	21.737.308.031	25,26	1.074.418.583	51,23	641.531.988	29,15	20.001.894.151	24,12	20.643.426.139
2009	15.828.946.773	-27,18	616.909.222	-42,58	297.363.099	-53,65	14.886.176.016	-25,58	15.183.539.115
2010	22.601.500.959	42,79	1.440.167.378	133,45	559.415.706	88,13	20.563.209.200	38,14	21.122.624.906
2011	27.852.507.305	23,23	2.116.547.572	46,97	643.291.782	14,99	25.036.334.817	21,75	25.679.626.599
2012	22.799.767.448	-18,14	1.604.799.570	-24,18	596.038.567	-7,35	20.564.052.291	-17,86	21.160.090.858
2013	24.683.426.808	8,26	1.820.816.058	13,46	501.760.216	-15,82	22.326.653.186	8,57	22.828.413.402
2014	20.420.948.626	-17,27	2.796.263.597	53,57	440.852.962	-12,14	17.131.026.595	-23,27	17.571.879.557
2015	18.000.230.773	-11,85	2.196.327.883	-21,45	385.139.818	-12,64	15.391.398.179	-10,15	15.776.537.997
2016	18.382.337.444	2,12	2.150.411.700	-2,09	440.186.421	14,29	15.759.134.969	2,39	16.199.321.390

Verifica-se que os produtos básicos tiveram uma grande oscilação no período de crise, com alta subida em 2014 e queda maior em 2015, característica central dos produtos básicos, que variam com mais força. Porém todos os setores foram afetados com força pela crise, porém todos os setores apresentam oscilações ao longo da série, que dificulta a percepção.

Como exemplo, de produtos exportados e importados, destacamos que no ano de 2017, segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), os principais setores de produtos exportados foram Metais Comuns, Material de Transportes (incluídas nesta categoria, Máquinas Agrícolas, Aeronaves, Veículos), Calçados, Vegetais Leves e Animais. Com relação às importações o país importou dos países do Bloco, Peles, Couros, Calçados, Têxteis e Produtos Minerais.

4.1.3. Mudanças e Continuidades

Verificou-se que apesar das mudanças presidenciais nos principais países do Bloco, as crises econômicas e políticas que enfrentaram ao longo do processo de inserção no bloco foram mais decisivas para afetar as relações que estabelecem em termos comerciais com o bloco, do que as variações de preferências dos presidentes. Assim, verificou-se parcialmente a hipótese de trabalho e que não há mudanças significativas no volume e no padrão de relações comerciais com o bloco, apesar das ideologias distintas. O fator interno econômico e político interno, como a instabilidade, é fator causal de maior peso para alterar o volume de comércio. Contudo, os padrões por setor variam mais e oscilam ao longo do tempo. Tal oscilação deve-se ao Mercado Comum não estar consolidado e ser influenciado negativamente pelas relações comerciais que os países do bloco fazem com parceiros externos ao bloco e à região, como Estados Unidos e China.

CONCLUSÕES

Por sua extensão territorial, pelo peso político e econômico que possui o Brasil, pode ser considerada, inegavelmente, a locomotiva do MERCOSUL. O que vale dizer que o papel do Brasil é decisivo para o avanço ou para a estagnação do bloco, bem como no direcionamento dos rumos que deve tomar, dentro do universo das relações políticas, e econômicas globais. Para o Brasil, em particular, o bloco representa um significativo mercado importador de seus produtos e serviços, inclusive de bens manufaturados, tais como, telefones, celulares automóveis, caminhões, fertilizantes, e máquinas agrícolas.

Outro aspecto a ser considerado que pela proximidade geográfica o MERCOSUL é, também o maior comprador dos produtos exportados pelas empresas brasileiras de médio e pequeno porte que, via de regra, por serem menos automatizadas são responsáveis por uma parcela significativa das vagas de trabalho. Temos com nossos parceiros do MERCOSUL, um comércio de grande escala e elevada qualidade, onde circulam mercadorias de altovalor agregado, o que ajuda a desenvolver tecnologia e postos de trabalho de elevada qualificação técnica. Deste modo, a participação Brasil do MERCOSUL é também, um grande fator de fortalecimento da indústria nacional, uma vez que grande parte das nossas exportações para o bloco são de produtos industrializados. Os números, neste trabalho apresentados, deixam claro que pelo vias econômico essa participação é vital para o Brasil e isso também se somam uma serie de outros benefícios que extrapolam o universo da economia, mas que também contribuem sobremaneira para o desenvolvimento nacional. Para o bem da America Latina e de si próprio o Brasil jamais deverá descuidar do MERCOSUL.

Além da relevância, destacou-se que apesar dos discursos dos presidentes variarem ao longo do tempo e influenciarem preferências, a continuidade do volume de 10% de exportações e 9% de importações semantém no agregado, variando setores com maior clareza, mas mantém-se as relações comerciais e destaca-se a relevância do bloco, apesar das oscilações econômicas e políticas do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Elizabeth A. P. Mercosul e União Europeia: Estrutura jurídico-institucional. Curitiba: Juruá, 2010.
- APPLEYARD, D.; FIELD, A.; COBB, S. Economia internacional. 6. ed. Porto Alegre: AMGHB, 2010.
- BADR, Eid. Os diferentes níveis de integração econômica entre Estados e o estágio atual do Mercosul. Jus Navigandi, Teresina, a. 15, n. 2416, fev. 2010.
- BATISTA, Paulo N. O Mercosul e os interesses do Brasil. Estudos Avançados, São Paulo, v. 8, n. 21, p. 79-95, 1994.
- BAUMANN, Renato. MERCOSUL: Avanços e desafios da integração. Brasília:IPEA, 2001.
- BERNAL-MEZA, R. As Relações entre Argentina, Brasil, Chile e Estados Unidos: política exterior e MERCOSUL. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, DF, v.41, n.1, Jan./Jun 1998.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Balança Comercial Brasileira: Mercosul. Brasília, 2014a. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081>>. Acesso em: 24 set. 2014.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História Econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <https://pais.es.ibge.gov.br/#/pt>
- MALAMUD, Andrés (2005) "Presidential Diplomacy and the Institutional Underpinnings of Mercosur. An Empirical Examination", Latin American Research Review 40(1), 138-64.
- KAUARK, Fabiana; MMEDEIANHÃES, Fernanda Castro; ROS, Carlos Henrique. Metodologia da pesquisa: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.
- SOUZA, Nilson Araujo, América Latina: As onda da Integração, OIKOS. Vol.11. No1(2012).